

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Reflexões sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis: análise de documentos educacionais brasileiros

Reflections on prevention of sexually transmitted infections: analysis of Brazilian educational documents

Reflexiones sobre la prevención de infecciones de transmisión sexual: análisis de documentos educativos brasileños

Afrânio Duarte Silva Júnior; * Fábio Ricardo Mizuno Lemos; 

Instituto Federal de São Paulo, São Carlos, SP, Brasil

Palavras-chave: saúde e educação; educação para a prevenção; análise de conteúdo; PrEP; PEP.

Resumo: O presente artigo teve como objetivo compreender como a prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis é abordada em dois documentos educacionais brasileiros: a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual, além de promover reflexões a partir dessa análise. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo, a partir da qual foram identificadas cinco categorias de análise: 1) Quebra de preconceitos/estereótipos; 2) Importância da escola como espaço de prevenção e promoção; 3) Conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis; 4) Interesse pelo corpo e pela sexualidade; 5) Prevenções relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis. A pesquisa revelou que: persistem grandes dificuldades em romper preconceitos e estigmas relacionados à sexualidade; há uma necessidade urgente de atualizar o conteúdo educativo sobre prevenção, priorizando informações científicas em vez de abordagens moralistas baseadas no medo; a escola deve ser fortalecida como espaço central para a promoção da saúde e educação sexual; ainda persiste a desinformação sobre formas de transmissão e novas estratégias de prevenção, como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP); e o interesse dos adolescentes pelo corpo e pela sexualidade pode ser aproveitado para promover reflexões que favoreçam o autoconhecimento e a conscientização.

Keywords: health and education; prevention education; content analysis; PrEP; PEP.

Abstract: This article aimed to understand how the prevention of Sexually Transmitted Infections is addressed in two Brazilian educational documents: the National Common Curricular Base and the National Curricular Parameters: transversal themes, sexual orientation, as well as to promote reflections based on this analysis. The methodology used was Content Analysis, through which five categories of analysis were identified: 1) Breaking of prejudices/stereotypes; 2) Importance of the school as a space for prevention and promotion; 3) Knowledge about sexually transmitted infections; 4) Interest in the body and sexuality; 5) Preventive measures related to sexually transmitted infections. The research revealed that: there are significant difficulties in overcoming prejudices and stigmas related to sexuality; there is an urgent need to update educational content on prevention, prioritizing scientific information rather than moralistic approaches based on fear; the school must be strengthened as a central space for health promotion and sexual education; misinformation about transmission methods and new prevention strategies, such as Pre-Exposure Prophylaxis and Post-Exposure Prophylaxis, still persists; and the

* Endereço para correspondência: Instituto Federal de São Paulo, Rod. Washington Luís, km 235, Bairro Monjolinho, São Carlos, SP, Brasil. CEP 13.565-905. E-mails: afraniodsj@gmail.com, fabio.lemos@ifsp.edu.br



adolescents' interest in the body and sexuality can be used to promote reflections that foster self-knowledge and awareness.

Palabras clave: salud y educación; educación para la prevención; análisis de contenido; PrEP; PEP.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo comprender cómo se aborda la prevención de las Infecciones de Transmisión Sexual en dos documentos educativos brasileños: la Base Nacional Común Curricular y los Parámetros Curriculares Nacionales: temas transversales, orientación sexual, además de promover reflexiones a partir de este análisis. La metodología utilizada fue el Análisis de Contenido, mediante el cual se identificaron cinco categorías de análisis: 1) Romper prejuicios/estereotipos; 2) Importancia de la escuela como espacio de prevención y promoción; 3) Conocimiento sobre las infecciones de transmisión sexual; 4) Interés por el cuerpo y la sexualidad; 5) Prevenciones relacionadas con las infecciones de transmisión sexual. La investigación reveló que: persisten grandes dificultades para romper prejuicios y estigmas relacionados con la sexualidad; existe una necesidad urgente de actualizar el contenido educativo sobre prevención, priorizando la información científica en lugar de enfoques moralistas basados en el miedo; la escuela debe ser fortalecida como un espacio central para la promoción de la salud y la educación sexual; aún persiste la desinformación sobre las formas de transmisión y las nuevas estrategias de prevención, como la Profilaxis Pre-Exposición y la Profilaxis Post-Exposición; y el interés de los adolescentes por el cuerpo y la sexualidad puede ser aprovechado para promover reflexiones que favorezcan el autoconocimiento y la concientización.

Introdução

A Constituição Federal brasileira estabelece que a saúde é direito de todo cidadão e responsabilidade do Estado, assegurada através de políticas sociais e econômicas que objetivam a redução de doenças e seus agravantes, além do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Dentro das políticas públicas voltadas para a saúde, a promoção e a prevenção configuram-se ações que envolvem tanto os indivíduos quanto a coletividade, respeitando suas diferenças e suas singularidades.

De acordo com Brasil (2007), a promoção da saúde é um processo que visa melhorar a qualidade de vida e fortalecer a capacidade das pessoas de controlar sua saúde, com base em valores como solidariedade, equidade e cidadania. Seu objetivo é criar condições favoráveis à saúde por meio de políticas públicas, parcerias intersetoriais e o desenvolvimento de habilidades pessoais, como o autocuidado, possibilitando que os indivíduos tomem decisões para melhorar seu bem-estar. Por outro lado, a prevenção foca na redução da incidência e prevalência de doenças, por meio de ações que visam evitar seu surgimento ou possibilitar o controle precoce. Fundamentada no conhecimento epidemiológico, a prevenção atua na identificação e redução de fatores de risco, buscando proteger as pessoas contra doenças (Brasil, 2007).

Nesse contexto, surgem as políticas voltadas para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), tal como Brasil (1999), que:

Orienta as ações do Programa Nacional de [IST] [...] / Aids no âmbito da promoção à saúde; da proteção dos direitos fundamentais das pessoas com HIV/aids; da

prevenção da transmissão das [IST] [...], do HIV/aids e do uso indevido de drogas; do diagnóstico, do tratamento e da assistência às pessoas portadoras de [IST] [...] / HIV/ aids; e do desenvolvimento e fortalecimento institucional dos gestores locais de programas e projetos na área (p. 5).

Segundo Brasil (2023a), as IST englobam um conjunto de doenças, entre as mais conhecidas estão a herpes genital, sífilis, gonorreia, tricomoníase, infecções pelo Papilomavírus Humano (HPV), hepatites virais B e C e a infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Conforme aponta o relatório da Unaid (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids) (Unaid, 2020), os portadores de HIV ainda enfrentam estigmatização e discriminação, o que, somado a outras desigualdades e exclusões sociais, representa barreiras significativas a serem superadas. Isso é especialmente preocupante no contexto do HIV, que registrou um aumento exponencial de casos, com 21% dos novos casos apenas na América Latina (Unaid, 2020). Em 2023, o Brasil notificou quase 15 mil novos casos de HIV (Unaid, 2025).

A Aids foi reconhecida em meados de 1981 nos Estados Unidos, mas foi somente em 1983 que o vírus do HIV foi isolado. O primeiro medicamento para o tratamento da doença foi desenvolvido em 1987 (Brasil, 2023b).

Nessa primeira década em que o vírus emergiu, houve uma taxa alarmante de mortalidade, acompanhada do crescimento do preconceito: a infecção foi inicialmente associada aos homossexuais, considerados, junto a clientes e profissionais do sexo, como grupos de risco. Décadas depois, com os avanços científicos e a oferta de medicamentos específicos para o tratamento da IST pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a desconstrução desse preconceito se tornou uma urgência tanto social quanto de saúde (Brasil, 2002). O termo ‘grupo de risco’ foi abandonado, pois se compreendeu que a questão envolvia comportamentos de risco, presentes em qualquer tipo de relação sexual. No entanto, o estigma vinculado a determinados grupos persistiu, levando à adoção do conceito de vulnerabilidade.

Em um estudo sobre prevalência de comportamento de risco em adolescentes, Coutinho *et al.* (2013), relatam uma alta incidência em adolescentes entre 14 e 19 anos que não fazem o uso de preservativo nas relações sexuais, podendo ser uma porta de entrada para o HIV. Ainda, segundo os autores, é necessário que haja intervenções e o monitoramento de comportamentos de risco em adolescentes, pois são prioridades de saúde pública e devem ser trabalhados no ambiente escolar. Dos quase 15 mil novos casos de HIV notificados em 2023 no Brasil, 6,5% ocorreram na faixa etária de 15 a 19 anos (Unaid, 2025). Nesse sentido, a escola é chamada para assumir um papel importante no que tange à educação para o gênero e para a saúde, pois é compreendida como espaço privilegiado destinado ao ensino coletivo, possuindo como pilares a socialização e a democratização do conhecimento científico, o que

inclui informações ligadas à saúde pública, principalmente no que diz respeito à orientação sexual e à prevenção de IST.

De acordo com Figueiró (2011), o desenvolvimento das práticas de educação sexual nas escolas teve início na segunda metade do século XX. Nesse contexto, o foco principal do ensino era o controle epidemiológico, o que resultava em abordagens repressivas, fundamentadas em valores morais e religiosos, e reforçadas pelo enfoque higiênico das estratégias de saúde pública. Essa perspectiva buscava reprimir diversas formas de expressão da sexualidade infantil.

A temática da orientação sexual ganhou protagonismo nos currículos escolares por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual (Brasil, 1998), documento que indicou a necessidade de abordar a sexualidade como parte integrante do processo educativo. Nele, a sexualidade é reconhecida como uma dimensão essencial da vida humana, ligada diretamente à saúde e ao bem-estar, sendo um aspecto da natureza humana que não pode ser negado ou reprimido.

Nos últimos anos, com a implementação e disseminação de ações de promoção e prevenção à saúde, especialmente voltadas para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, houve um avanço significativo na superação de concepções amplamente aceitas até então. Em consequência, passou-se a valorizar a formação de um ser humano mais consciente das relações sociais nas quais está inserido, com especial ênfase nas questões da adolescência, fase determinante para a constituição da identidade sexual e de gênero (Maia *et al.*, 2012).

A difusão do conhecimento e das estratégias de prevenção devem ser adaptadas às necessidades específicas da população, sendo fundamental que todos tenham conhecimento sobre a existência de diversos métodos preventivos ao HIV. Conforme Dourado *et al.* (2015), a prevenção efetiva ao vírus requer uma combinação de abordagens comportamentais, biomédicas e estruturais, que vão além da simples orientação sobre o uso do preservativo. Essa visão está alinhada com a posição do Conselho Federal de Medicina (CFM), que reconhece o preservativo como o método mais simples e eficaz, mas destaca que ele é apenas uma das estratégias, o que ainda não é suficiente para o controle da epidemia (Dourado *et al.*, 2015).

De acordo com Brasil (2023c), a prevenção combinada é:

[...] uma estratégia que faz uso simultâneo de diferentes abordagens de prevenção (biomédica, comportamental e estrutural) aplicadas em múltiplos níveis (individual, nas parcerias/relacionamentos, comunitário, social) para responder a necessidades específicas de determinados segmentos populacionais e de determinadas formas de transmissão do HIV (Brasil, 2023c, n.p.).

Entre as estratégias que compõem a prevenção combinada estão a Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) e a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), ambas consideradas promissoras no controle da epidemia de HIV. Segundo Maksud, Fernandes e Filgueiras (2015), as tecnologias para a saúde, incluindo os medicamentos, são parte integrante dos programas de assistência à saúde e podem ser consideradas como a “aplicação prática de conhecimentos” para promover cuidados à saúde.

No que se refere aos medicamentos, é necessário considerar sua eficácia, segurança e efetividade, além dos impactos organizacionais, sociais, legais, políticos e éticos, levando em conta os diversos contextos em que serão aplicados (Brasil, 2010). Os antiretrovirais da PEP passaram a fazer parte da lista de medicamentos ofertados em 1998, inicialmente para acidentes ocupacionais e, a partir dos anos 2000, também para vítimas de abuso sexual. Posteriormente, a estratégia foi estendida para situações de risco, como o rompimento ou ausência do uso de preservativo em relações sexuais com pessoas infectadas pelo HIV ou com alta probabilidade de estarem infectadas. A “PEP sexual” está disponível nos serviços públicos de saúde no Brasil desde 2010, completando mais de uma década (Maksud; Fernandes; Filgueiras, 2015). Segundo Brasil (2023d), a PEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais por pessoas após um possível contato com o vírus HIV, em situações como violência sexual, relação sexual desprotegida ou acidente ocupacional. Para ser eficaz, o tratamento da PEP deve ser iniciado logo após a exposição de risco, com um limite de até 72 horas após o contato, sendo mantido de forma contínua por 28 dias.

Quanto à PrEP, ela envolve a administração de uma combinação de dois medicamentos, *tenofovir* e *emtricitabina*, antes da relação sexual. Esses medicamentos atuam bloqueando mecanismos que o HIV utiliza para infectar o organismo. No entanto, para ser eficaz, a medicação deve ser tomada diariamente. Caso contrário, a concentração do medicamento no sangue pode ser insuficiente para prevenir a infecção pelo vírus. É importante destacar que, conforme o Ministério da Saúde, a PrEP não oferece proteção contra outras Infecções Sexualmente Transmissíveis, como sífilis, clamídia e gonorreia, e, por isso, deve ser usada em conjunto com outras formas de prevenção (Brasil, 2023e). Os medicamentos *tenofovir* e *emtricitabina* passaram a integrar o Sistema Único de Saúde a partir de janeiro de 2018, com o tratamento disponível gratuitamente para as populações mais vulneráveis à infecção pelo HIV: gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas trans, trabalhadoras do sexo e casais sorodiferentes, não sendo disponibilizados para a população em geral (Brasil, 2018a).

O psicólogo e vice-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), Veriano Terto Junior (Stevanim, 2017), destaca que a implementação da PrEP

representa um grande desafio para o SUS, pois tem sido equivocadamente confundida como um desestímulo ao uso do preservativo, o que pode resultar em maior vulnerabilidade para os indivíduos. Em entrevista a Stevanim (2017), Terto Junior afirmou:

Certamente a implementação da PrEP será um desafio para o SUS, pois profissionais de saúde precisarão ser treinados sobre como recomendar e acompanhar as pessoas sobre o uso da profilaxia. O tema do estigma também precisará ser enfrentado, pois a PrEP tem sido erroneamente confundida como um desestímulo ao uso do preservativo e um incentivo à uma vida sexual irresponsável. Ao contrário, a profilaxia pode nos levar a falar mais sobre sexualidade, sobre prevenção e ser uma oportunidade para prevenir outras infecções sexualmente transmissíveis.

De acordo com Maksud, Fernandes e Filgueiras (2015), é necessário criar espaços de cuidado singularizado, nos quais as escolhas e combinações de tecnologias de prevenção sejam contextualizadas conforme o modo de vida e as necessidades de cada usuário, além de divulgar as tecnologias disponíveis na rede de saúde.

Nesse contexto, é fundamental que as informações científicas sobre prevenção combinada às IST sejam incorporadas ao sistema educacional, para que a educação sexual não se limite apenas à divulgação de alguns métodos de prevenção. Um estudo de Oliveira *et al.* (2024), que investigou os desafios, impactos e perspectivas da implementação da PrEP e da PEP no SUS, com foco nos fatores que influenciam a adesão, nas barreiras enfrentadas por populações em risco e nas estratégias para melhorar a eficácia dessas políticas, concluiu que, embora essas ferramentas sejam eficazes na prevenção do HIV, sua efetividade depende de um esforço coletivo para superar desigualdades sociais e promover campanhas educativas inclusivas.

Segundo Teixeira (2019), o processo de ensino e de aprendizagem deve considerar a importância e a necessidade de promover um entendimento mais aprofundado sobre debates científicos e questões relacionadas à tecnologia e à sociedade. Assim, discussões científicas sobre prevenção e orientação sexual dentro do ambiente escolar podem contribuir para o desenvolvimento de reflexões voltadas à saúde pública. Um exemplo disso é o estudo de Dossantos *et al.* (2021), que investigou uma ação educativa para a prevenção do HIV em uma escola estadual de educação básica. Os autores concluíram que encontros com abordagens educativas, envolvendo adolescentes, possibilitaram a conscientização desses jovens sobre a prevenção do HIV, tornando-os multiplicadores da informação.

Knauth e Pilecco (2024) destacam que, apesar da ampla disponibilidade das tecnologias de informação, estas não têm sido eficazes para combater o aumento do conservadorismo e a falta de políticas públicas de prevenção ao HIV entre os jovens. Para reverter esse cenário, é essencial aprimorar a qualidade das informações fornecidas,

ajustando-as às necessidades desse público, ampliar o acesso a métodos de prevenção e reintegrar as discussões sobre HIV e IST na agenda pública.

Considerando que a educação é respaldada por legislações e documentos legais, a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 6º, estabelece que a Educação é um direito social, portanto exigível. Além disso, a Constituição orienta as legislações infraconstitucionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), a responsabilidade pela articulação dos sistemas de ensino e pela definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias.

Embora a LDB (Brasil, 1996) estabeleça que os currículos da Educação Básica “[...] devem ter base nacional comum”, a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ocorreu recentemente. Segundo Brasil (2018b), a BNCC é um:

[...] documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar [...] e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (p. 7).

Ou seja, a BNCC define o que deve ser ensinado nas escolas (públicas e privadas), a partir de uma abordagem focada no desenvolvimento de competências. A BNCC não é um currículo em si, mas um conjunto de orientações que guiarão as equipes pedagógicas e apoiarão a elaboração dos currículos locais.

Este artigo analisou a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018b) e os Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual (Brasil, 1998), com o objetivo de compreender como a prevenção às IST é abordada nesses documentos educacionais e promover reflexões a partir dessa análise.

Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido com base na metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), aplicada aos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018b) e Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual (Brasil, 1998). Foram considerados os conteúdos relacionados à prevenção de IST, seguindo as etapas propostas por Bardin (1997): organização, codificação e categorização.

A etapa de organização consistiu no primeiro contato com os documentos, no qual foram selecionados e destacados os trechos que abordavam a temática de prevenção a IST. Durante essa fase, buscou-se identificar as ideias centrais, atribuir significados e formular hipóteses.

A partir dos trechos selecionados, iniciou-se a codificação do material, etapa que envolveu a extração das ideias centrais de cada trecho e a estruturação de unidades de codificação. A primeira unidade de codificação de cada documento recebeu a numeração 1, e as unidades subsequentes foram numeradas sequencialmente, conforme sua ordem de ocorrência no documento.

As unidades resultantes desse processo direcionaram a análise para a etapa final, descrita por Bardin (1997), que é a categorização. As unidades levantadas geraram as categorias, as quais sintetizam as ideias centrais presentes nos trechos dos textos analisados.

Resultados

No Quadro 1, apresenta-se uma síntese das categorias identificadas nos documentos analisados (BNCC e PCN) (Brasil, 2018b; 1998), juntamente com as unidades de codificação correspondentes, numeradas sequencialmente conforme sua ocorrência em cada documento. Especificamente, na BNCC, identificaram-se 5 unidades de codificação, enquanto nos PCN, contabilizaram-se 31 unidades, as quais foram agrupadas nas categorias correspondentes.

A ausência de numeração em determinadas categorias indica que não foram identificadas unidades relacionadas à temática no documento analisado. Exemplo disso são as categorias 1 e 4, que não apresentam unidades (não foram identificadas) na BNCC.

Quadro 1 - Categorias geradas através de análise da BNCC e dos PCN

Documentos	BNCC	PCN
Categorias		
1) Quebra de preconceitos/estereótipos	-	2; 7; 9; 11; 12; 14; 15; 18; 19; 22; 31
2) Importância da escola como espaço de prevenção e promoção	4	3; 4; 5; 23; 24; 25; 28
3) Conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis	5	21; 27
4) Interesse pelo corpo e Sexualidade	-	6; 8; 13
5) Prevenções relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis	1; 2; 3	1; 10; 16; 17; 20; 26; 29; 30

Fonte: Elaborado pelos autores

Através do processo de análise, obtivemos as seguintes categorias: 1) Quebra de preconceitos/estereótipos; 2) Importância da escola como espaço de prevenção e promoção; 3) Conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis; 4) Interesse pelo corpo e sexualidade; 5) Prevenções relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis.

Categoria 1) Quebra de preconceitos/estereótipos

A Categoria 1, “Quebra de preconceitos/estereótipos”, apresentou maior incidência dentro dos PCN. Essa categoria foca na desconstrução de conceitos ligados à sexualidade que,

conforme destacado por Barcelos e Jacobucci (2011), estão diretamente relacionados à maneira como os profissionais da educação encaram o tema, ainda frequentemente visto como tabu.

Particularmente em relação à Aids, o tratamento que esse tema deve ter em Orientação Sexual junto aos alunos é o oposto ao que foi dado pelas primeiras campanhas de prevenção veiculadas pela mídia: “Aids mata”. Essa mensagem contribui para o aumento do medo e da angústia, desencadeando reações defensivas. A mensagem fundamental a ser trabalhada é: a Aids pode ser prevenida (Brasil, 1998, p. 326) (PCN, unidade 22).

A publicação dos PCN incentivou a criação de materiais pedagógicos, sendo estes a principal referência nas escolas públicas. Contudo, observa-se um retrocesso no ambiente escolar ao tratar de qualquer assunto ligado à sexualidade. Um exemplo disso é a ausência de referências sobre a temática no texto da BNCC, o que compromete a concepção de educação como direito do cidadão e dever do Estado, conforme apontado pela professora Ivany Rodrigues Pino, em matéria realizada por Alves Filho (2017).

Os assuntos mais importantes para o grupo e de maior relevância social devem ser objeto prioritário do trabalho de Orientação Sexual. Quaisquer que sejam eles, porém, os eixos básicos da atuação permanecem, já que todos os assuntos precisam incluir as dimensões do Corpo, as Relações de Gênero e a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Aids na sua discussão (Brasil, 1998, p. 315) (PCN, unidade 12).

Nos trechos analisados, fica evidente como é importante desvincular-se de conceitos errôneos e ultrapassados. Como destacado pelo psicólogo Gelberton Vieira Rodrigues, em entrevista à revista Repórter UNESP (Repórter UNESP, 2019), a escola é uma das instâncias sociais responsáveis por uma educação sexual planejada. Para que haja uma discussão aberta sobre o tema, é necessário construir um espaço seguro e informativo que aborde essas questões. No entanto, essa realidade parece utópica diante do cenário político que enfrentamos, como aponta a professora Margareth Rago, em matéria realizada por Alves Filho (2017): “Trata-se de uma política [...] [que] atende aos interesses de grupos religiosos e de forças da extrema direita [...]”.

Categoria 2) Importância da escola como espaço de prevenção e promoção

A Categoria 2 destaca a importância de compreender e promover a escola como um espaço fundamental para a discussão da educação sexual e de aspectos correlatos à prevenção.

Para a psicóloga Mary Neide Figueiró (Darc, 2018), a educação sexual corresponde ao oposto da erotização da criança. Ela visa levar informação e conhecimento sobre o corpo humano, para que os indivíduos compreendam sua origem e, assim, definam a escola como um espaço privilegiado para esse aprendizado.

Saito e Leal (2007) relatam que, ao longo do século XIX, a adolescência passou a ser reconhecida como um período crítico da existência humana, porém frequentemente associada

à vulnerabilidade e ao risco. Esse cenário exige a necessidade de “Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social” (Brasil, 2018b, p. 557) (BNCC, unidade 4).

Para Oliveira *et al.* (2013), “[...] só faz sentido ter escola se ela for, o local que atenda as necessidades implícitas à sua função dentro de uma sociedade democrática: produzir conhecimento para as pessoas, tendo como ponto de referência o saber científico e o cotidiano” (p. 151).

Nesse contexto,

Reconhecem-se, portanto, como intervenções mais eficazes na prevenção da Aids, as ações educativas continuadas, que oferecem possibilidades de elaboração das informações recebidas e de discussão dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção de condutas preventivas (Brasil, 1998, p. 293) (PCN, unidade 4).

Sendo assim, conforme apregoa Almeida *et al.* (2017) “A escola é um ambiente favorável para a promoção da saúde dos adolescentes, pois pode orientar a tomada de decisões e na conduta deles” (p. 1093).

Categoria 3) Conhecimentos sobre as infecções sexualmente transmissíveis

A Categoria 3, “Conhecimentos sobre as infecções sexualmente transmissíveis”, prioriza o estímulo ao ensino sobre as diversas infecções sexualmente transmissíveis, o que pode ser uma ação resultante de uma dinâmica efetiva que envolve todos os atores do processo de ensino e de aprendizagem. Isso possibilita aos alunos gerenciar as suas próprias vulnerabilidades de forma mais consciente e informada.

O levantamento do conhecimento prévio dos alunos sobre as doenças sexualmente transmissíveis e sobre a Aids, pois, além de ser um princípio didático fundamental, se constata a existência de um grande volume de informações errôneas e equivocadas sobre elas (Brasil, 1998, p. 328) (PCN, unidade 27).

Essa constatação é reforçada por um estudo realizado por Almeida *et al.* (2017), em que 22 estudantes participaram e, ao serem questionados sobre a prevenção ao HIV, indicaram o uso do preservativo como a principal estratégia. No entanto, os alunos demonstraram desconhecimento sobre as formas de transmissão do vírus. De acordo com os autores, a desinformação sobre as IST ainda representa um sério problema de saúde pública, especialmente durante a adolescência.

Braga e Costa (2015) destacam a importância de ações específicas para promover a disseminação de conhecimento sobre IST, ressaltando que esse processo não deve ser atribuído exclusivamente à escola, mas também deve englobar a família, amigos e outros membros da sociedade. É fundamental que todos os envolvidos, com conhecimento e experiência, contribuam para o processo de ensino e de aprendizagem, “[...] a fim de

desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar” (Brasil, 2018b, p. 557) (BNCC, unidade 5).

Categoria 4) Interesse pelo corpo e sexualidade

O “Interesse pelo corpo e sexualidade” é visto como ponto chave para compreender a sexualidade de crianças e adolescentes. A categoria expressa o interesse dos alunos em entender questões ligadas à sua própria sexualidade no contexto em que vivem. De acordo com os PCN: “É comum nos primeiros ciclos a curiosidade sobre concepção e parto, relacionamento sexual ou Aids” (Brasil, 1998, p. 301) (PCN, unidade 6).

A fase inicial da infância é marcada pelo brincar, tanto com objetos quanto com o próprio corpo. O toque faz parte desse processo, estabelecendo relações corporais fundamentais. A partir disso, surgem questões acerca da sexualidade infantil, que necessitam ser abordadas e discutidas com crianças e educadores, a fim de que o corpo não seja visto apenas como um organismo, mas como um corpo que deseja, que é atravessado por sentimentos (Rodrigues 2016).

Segundo os PCN, “O conhecimento do corpo e de seu funcionamento propicia maior conscientização da importância da saúde e da necessidade de ações não só curativas, mas também preventivas” (Brasil, 1998, p. 320) (PCN, unidade 13). Isso implica que a educação sexual deve se concentrar tanto no cuidado do corpo quanto na promoção da saúde integral.

Oliveira, Cardoso e Denari (2017) afirmam que o corpo físico é o objeto central da sexualidade, que se expressa no e pelo corpo. A estrutura estética e anatômica do corpo carrega uma bagagem simbólica, que é historicamente e culturalmente delineada, refletindo os anseios e as buscas construídas nas práticas cotidianas de vivência e relação.

Dessa forma, as questões sobre corpo e sexualidade são fundamentais na construção do autoconhecimento. Esse processo possibilita ao aluno entender sua própria sexualidade e fazer escolhas informadas sobre as melhores estratégias de prevenção às IST, utilizando-as de maneira correta e constante.

Categoria 5) Prevenções relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis

A Categoria 5, “Prevenções relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis”, apresentou maior incidência na BNCC e a segunda maior frequência nos PCN, o que evidencia a necessidade de abordar amplamente essa temática no ambiente escolar, pois “A infecção pelo HIV representa um fenômeno global e dinâmico cuja ocorrência depende de uma rede complexa de determinantes políticos, econômicos, sociais e culturais” (Taveira, 2017, p. 17-18).

A importância da prevenção das IST é destacada nos PCN: “Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids” (Brasil, 1998, p. 287) (PCN, unidade 1).

Essa abordagem torna-se ponto essencial dentro dos muros da escola, principalmente em função da impulsividade sexual característica da adolescência. Para Monteiro *et al.* (2019), esse impulso, somado às diversas informações veiculadas pelas mídias, aumenta a exposição dos adolescentes à contaminação pelo HIV. Todavia, os mesmos autores, apontam que dois estudos indicam que os programas educativos sobre o tema não estão atingindo os grupos mais vulneráveis. Esses programas carecem de uma contextualização que considere a realidade sociocultural dos jovens. Mesmo diante dos desafios, as práticas educativas em saúde se mostram primordiais para educar os jovens sobre uma ampla gama de temas, incluindo HIV/Aids.

Ao trabalhar com a prevenção da Aids, são conteúdos indispensáveis as informações atualizadas sobre as vias de transmissão do vírus HIV (fluidos sexuais, sangue e leite materno contaminados), o histórico da doença, a distinção entre portador do vírus e doente de Aids e o tratamento (Brasil, 1998, p. 326) (PCN, unidade 16).

Contudo, um estudo de Campos *et al.* (2014) revela que, embora os jovens demonstrem elevado conhecimento sobre a prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, o aumento de infecções pelo HIV tem aumentado. Esse dado corrobora com a pesquisa de Hernandes (2019), que aponta o crescimento das infecções sexualmente transmissíveis não como um fenômeno restrito ao Brasil, mas como um problema global. O autor justifica esse aumento pelas falhas generalizadas nos planos de prevenção, que têm se concentrado apenas no uso do preservativo.

A BNCC também enfatiza a necessidade de os alunos conhecerem “[...] os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na Aids), e discutir estratégias e métodos de prevenção” (Brasil, 2018b, p. 349) (BNCC, unidade 3).

Um dos principais focos de prevenção, conforme identificado nos documentos analisados, é o uso da camisinha. Contudo, esse foco parece estar restrito, principalmente no que tange ao uso de métodos preventivos para HIV/Aids.

Hernandes (2019), ao investigar estudantes universitários sobre o comportamento sexual e as concepções sobre IST, descobriu que 100% dos participantes nunca tinham utilizado os métodos PrEP e PEP, e 70% (300/429) não sabiam sequer o que eram esses métodos.

Os PCN indicam que os alunos devem “Conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids” (Brasil, 1998, p. 312) (PCN, unidade 10).

Sendo assim, para efetivar condutas preventivas, é necessário superar abordagens educativas sobre saúde sexual e reprodutiva, que, até o momento, têm sido tratadas de forma restrita e ancoradas em métodos preventivos higienistas (Souza, 2011). Portanto, conforme destacado por Hernandes (2019), o novo foco para o combate à epidemia de HIV/Aids no país deve ser a implementação de intervenções de prevenção combinada, com destaque para o protocolo de tratamento como prevenção.

Considerações finais

O avanço científico e tecnológico, especialmente no campo das medicações, tem proporcionado benefícios sociais significativos, com tratamentos que já estão disponíveis nos postos de saúde brasileiros. Contudo, os resultados dessa pesquisa revelam um grande abismo a ser superado: enquanto as medicações e terapias que transformam a maneira como os brasileiros lidam com a manutenção de sua saúde e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis avançam, o sistema de educação ainda não reflete essa evolução de forma adequada.

Embora haja um movimento crescente nas políticas públicas de saúde, as informações e orientações sobre prevenção do HIV/Aids, presentes nos documentos normativos da educação, que integra abordagens múltiplas, incluindo a PrEF e a PEP, ainda não encontra seu devido destaque no conteúdo educacional.

É fundamental ressaltar que a prevenção combinada é recomendada não apenas pela literatura especializada, mas também por órgãos de saúde pública competentes, como uma estratégia eficaz para reduzir a incidência do HIV e outras IST. A combinação de métodos preventivos, que vai além do uso exclusivo do preservativo, pode ser a chave para o sucesso nas políticas de saúde pública, mas sua integração no currículo escolar é uma lacuna que precisa ser preenchida urgentemente.

Este trabalho, embora não tenha a pretensão de esgotar o tema, evidencia um silêncio necessário de ser rompido. Trata-se de uma questão que exige ser tratada academicamente, para que não se limite apenas ao ambiente universitário, mas se estenda a ações concretas de inclusão de conteúdos atualizados e ampliados sobre prevenção de IST nos currículos escolares. Esse movimento pode ser um ponto de partida para que as novas gerações se apropriem de um conhecimento mais completo e preciso, tornando-se mais conscientes e preparadas para lidar com questões de saúde sexual e reprodutiva em sua vida cotidiana.

Referências

ALMEIDA, Rebeca Aranha Arrais Santos *et al.* Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.

70, n. 5, p. 1087-1094, 2017. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0531>

ALVES FILHO, Manuel. Especialistas veem retrocesso em supressão do termo ‘orientação sexual’ da base curricular. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 07 abr. 2017. Atualidades. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/04/07/especialistas-veem-retrocesso-em-supressao-do-termo-orientacao-sexual-da>. Acesso em: 09 maio 2023.

BARCELOS, Nora Ney Santos; JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de ciências e biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.10, n. 2, p. 334-345, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGA, Soane Ferreira da Silva; COSTA, Dayse Cristina Silveira. A Importância do conhecimento e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) pelos adolescentes de 12 a 16 anos. **Faculdade Cidade de João Pinheiro**, 2015. Disponível em: <http://tcc.fcjp.edu.br:8080/pdf/008141.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sintomas das IST. **Ministério da Saúde**, Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.aids.gov.br/pt-br/sintomas-das-ist>. Acesso em: 25 abr. 2023a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids. Aids: etiologia, clínica, diagnóstico e tratamento. **Ministério da Saúde**, Biblioteca Virtual em Saúde, [s.d.]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Aids_etiologia_clinica_diagnostico_tratamento.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. O que é prevenção combinada. **Ministério da Saúde**, Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/o-que-e-prevencao-combinada>. Acesso em: 25 abr. 2023c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. PEP (Profilaxia Pós-Exposição ao HIV). **Ministério da Saúde**, Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.aids.gov.br/pt-br/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv-0>. Acesso em: 25 abr. 2023d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). **Ministério da Saúde**, Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/profilaxia-pre-exposicao-prep>. Acesso em: 25 abr. 2023e.

BRASIL. TELELAB. Mais de 2,5 mil brasileiros já utilizam a PrEP para prevenir o HIV. **Ministério da Saúde**, TELELAB, 07 ago. 2018a. Disponível em: <https://telelab.aids.gov.br/index.php/2013-11-14-17-44-09/item/861-mais-de-2-5-mil-brasileiros-ja-utilizam-a-prep-para-prevenir-o-hiv>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos em Saúde). Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_gestao_tecnologias_saude.pdf.

Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar**: manual técnico. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2007.

BRASIL. História da aids: breve resumo. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. p. 105-121.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Política Nacional de DST/aids**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: temas transversais, orientação sexual. Brasília: MEC/SEC, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

CAMPOS, César Gustavo Araujo Pacheco de *et al.* A vulnerabilidade ao HIV em adolescentes: estudo retrospectivo em um centro de testagem e aconselhamento. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 2, p. 310-319, 2014.

COUTINHO, Renato Xavier *et al.* Prevalência de comportamento de risco em adolescentes. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 441-449, 2013.

DARC, Larissa. Por que é importante falar de educação sexual nas escolas. **Ponte**, 15 nov. 2018.

DOSSANTOS, Fernanda Nahara Carvalho *et al.* Educação por pares para prevenção de HIV/aids entre adolescentes. **HU Revista**, v. 47, p. 1-7, 2021. <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2021.v47.33904>

DOURADO, Inês *et al.* Revisitando o uso do preservativo no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, supl. 1, p. 63-88, 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. rev. atual. Londrina: Eduel, 2011.

HERNANDES, Letícia Clemente Olmos. **Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**:

concepções e práticas de estudantes universitários/as de um município do Pontal do Triângulo Mineiro. 2019. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2019.

KNAUTH, Daniela Riva; PILECCO, Flávia Bulegon. Aids e prevenção do HIV entre adolescentes e jovens em seis municípios brasileiros. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 1, e230789, p. 1-12, 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi *et al.* Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p.151-156, 2012.

MAKSUD, Ivia; FERNANDES, Nilo Martinez; FILGUEIRAS, Sandra Lucia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, supl. 1, p. 104-119, set. 2015.

MONTEIRO, Raissa Silva de Melo *et al.* Ações educativas sobre prevenção de HIV/Aids entre adolescentes em escolas. **Revista Electrónica Enfermería Actual de Costa Rica**, n. 37, p. 206-222, 2019.

OLIVEIRA, Everton Luiz de; CARDOSO, Daniel Cordeiro; DENARI, Fátima Elisabeth. O corpo humano como alimento para a sexualidade. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n. 1, p.67-79, 2017.

OLIVEIRA, Ítalo Carneiro de *et al.* A implementação da Profilaxia Pré-Exposição (PREP) e Pós Exposição (PEP) no SUS: desafios, impactos e perspectivas na prevenção ao HIV. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 16, 2024.

OLIVEIRA, Terezinha *et al.* Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. **Políticas Educativas**, v. 6, n. 2, p. 145-160, 2013.

REPÓRTER UNESP. Educação sexual no Brasil: entre avanços e retrocessos. **Repórter UNESP**, Edição 58, 29 out. 2019. Disponível em: <https://reporterunesp.faac.unesp.br/2019/10/29/educacao-sexual-no-brasil-entre-avancos-e-retrocessos/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

RODRIGUES, Beatriz. Sexualidade infantil: desafios da escola contemporânea. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 8, p.17-28, set. 2016.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Adolescência e contracepção de emergência: Fórum 2005. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 25, n. 2, p. 180-186, 2007.

SOUZA, Vânia de. Adolescentes em cena: uma proposta educativa no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. esp. 2, p. 1716-1721, dez. 2011.

STEVANIM, Luiz Felipe. PrEP no SUS: o que esperar do novo método de prevenção ao HIV? **Agência Fiocruz de Notícias: Saúde e ciência para todos**, 12 jul. 2017.

TAVEIRA, Daniele Giroleti. **Avaliação das estratégias de educação em saúde para a prevenção de IV/Aids em adolescentes**. 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TEIXEIRA, Odete Pacubi Baierl. A Ciência, a Natureza da Ciência e o Ensino de Ciências. **Revista Ciência & Educação**, v. 25, n. 4, p. 851-854, 2019.

UNAIDS. Boletim epidemiológico 2023 (em tabelas). **Un aids**, Estatísticas, [s.d.]. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Boletim-Epidemiologico-2023-Tabelas_VF.xlsx. Acesso em: 22 jan. 2025.

UNAIDS. Relatório do Un aids mostra que metas para 2020 não serão cumpridas; COVID-19 pode prejudicar resposta ao HIV. **Un aids**, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://unaids.org.br/2020/07/relatorio-sobre-a-epidemia-de-aids-mostra-que-metas-para-2020-nao-serao-cumpridas-covid-19-pode-prejudicar-resposta-ao-hiv/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Sobre os Autores

Afrânio Duarte Silva Júnior

<http://lattes.cnpq.br/6287265804072304>

Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas (IF Goiano Urutaí, 2014). Especialista em Educação: Ciência, Tecnologia e Sociedade (IFSP São Carlos, 2021).

Fábio Ricardo Mizuno Lemos

<http://lattes.cnpq.br/9720009502941255>

Doutor em Educação (PPGE/UFSCar, 2013) e Pós-Doutor em Motricidade Humana (DEFMH/UFSCar, 2015). Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP São Carlos), do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF/UFSCar), editor da Motricidades: Revista da SPQMH, pesquisador do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF/UFSCar) e coordenador do Núcleo de Investigações Progressistas em Educação (NINPED/IFSP São Carlos).